



UFPB

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PEDAGOGIA**

JANIELLY DE OLIVEIRA PEREIRA

**A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DA GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O
CASO DA CRECHE HELENA PESSOA RIBEIRO COUTINHO**

**JOÃO PESSOA/PB
2022**

JANIELLY DE OLIVEIRA PEREIRA

**A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DA GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
O CASO DA CRECHE HELENA PESSOA RIBEIRO COUTINHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no
Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Centro
de Educação, da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito institucional para
obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Angelus Miranda de Alcantara

JOÃO PESSOA/PB

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P436f Pereira, Janielly de Oliveira.

A função pedagógica da gestão escolar na educação infantil: o caso da creche Helena Pessoa Ribeiro Coutinho / Janielly de Oliveira Pereira. - João Pessoa, 2022.

26f.

Orientação: Marcos Angelus Miranda de Alcantara.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Gestão escolar. 2. Educação infantil. 3. Ensino-aprendizagem. I. Alcantara, Marcos Angelus Miranda de. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37(043.2)

JANIELLY DE OLIVEIRA PEREIRA

**A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DA GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
O CASO DA CRECHE HELENA PESSOA RIBEIRO COUTINHO**

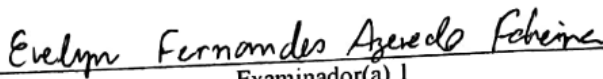
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no
Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Centro
de Educação, da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito institucional para
obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

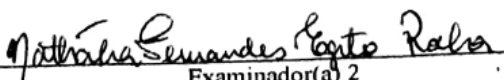
Aprovada em 16 de dezembro de 2022

Banca Examinadora


Prof. Dr. Marcos Angelus Miranda de Alcantara
Universidade Federal da Paraíba
CE/DHP - SIAPE 3054964

Prof. Dr. Marcos Angelus Miranda de Alcantara
UFPB/CE/DHP – Orientador


Examinador(a) 1


Examinador(a) 2

JOÃO
PESSOA/PB
2022

AGRADECIMENTOS

Neste momento de conclusão do curso me sinto realizada em ser a primeira da minha família a concluir uma graduação.

Agradeço às pessoas que ao longo destes anos de estudo se fizeram presente na minha vida contribuindo de forma positiva para minha evolução acadêmica.

Em especial quero agradecer a minha mãe por sempre ter me ajudado nos meus momentos de dificuldades.

Às minhas irmãs Jocimara e Jocyelly por me escutarem sempre que precisei.

Às minhas colegas de turma Joyce e Rafaela que se tornaram minhas amigas, confidentes e me ajudaram sempre quando precisei, vocês tornaram os meus dias dentro da universidade mais leves e felizes, que nossa amizade perdure por muitos longos anos.

Ao meu orientador professor Marcos pela paciência, tempo e ensinamentos dedicados à construção desse trabalho.

RESUMO

A gestão escolar, ao longo da história, passou por algumas transformações, suas práticas e concepções foram ressignificadas para que seus conceitos normativos e administrativos abrangessem também atitudes político-pedagógicas mais humanas, mais democráticas e mais participativas em todos os níveis escolares. Este trabalho tem como objetivo analisar sob a ótica da gestão democrática a gestão pedagógica na Creche Helena Pessoa Ribeiro Coutinho. Este trabalho busca dialogar com Luck (1997, 2009), Pires e Gonçalves (2019) sobre a gestão educacional e com Finco, Gobbi e Faria (2015), sobre educação infantil. Consultamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394/1996, as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA para melhor compreender o papel da educação infantil na garantia do direito de crianças à educação. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa que ocorreu através de um estudo de caso (GODOY, 1995), onde os dados foram coletados por meio de uma entrevista semiestruturada e (MANZINE, 2004) realizada com a gestora da Creche Helena Pessoa Ribeiro Coutinho, localizada no município de Cruz do Espírito Santo. Diante da análise dos dados, a gestora compreende a criança como sujeito de direitos levando em consideração o seu desenvolvimento integral, trabalha acompanhando as dinâmicas pedagógicas que ocorrem em sala de aula de forma a melhorar o processo de ensino- aprendizagem das crianças.

Palavras-Chave: Gestão Escolar. Educação Infantil. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

School management, throughout history, has undergone some transformations, its practices and concepts have been re-signified so that its normative and administrative concepts also encompass more humane, more democratic and more participatory political-pedagogical attitudes at all school levels. This work aims to analyze the perspective of democratic management of pedagogical management at Creche Helena Pessoa Ribeiro Coutinho. This work seeks to dialogue with Luck (1997, 2009), Pires and Gonçalves (2019) on educational management and with Finco, Gobbi and Faria (2015) on early childhood education. We consulted the Education Guidelines and Bases Law - LDB 9.394/1996, the Curriculum Guidelines for Early Childhood Education, the 1988 Federal Constitution and the Statute of Children and Adolescents - ECA to better understand the role of early childhood education in guaranteeing the right of children to education. The research has a qualitative approach that occurred through a case study (GODOY, 1995), where data were collected through a semi-structured interview and (MANZINE, 2004) carried out with the manager of the Creche Helena Pessoa Ribeiro Coutinho, located in municipality of Cruz do Espírito Santo. In view of the data analysis, the manager understands the child as a subject of rights, taking into account their integral development, working with the pedagogical dynamics that occur in the classroom in order to improve the children's teaching-learning process.

Keywords: School Management. Child education. Teaching-learning.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS METODOLÓGICAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE GESTÃO EDUCACIONAL E EDUCAÇÃO INFANTIL.....	14
2.1 GESTÃO PEDAGÓGICA COMO UMA EXPRESSÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL	14
2.2 EDUCAÇÃO INFANTIL COMO LUGAR DE GESTÃO PEDAGÓGICA.....	16
2.3 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
3 A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DA GESTÃO DA CRECHE HELENA PESSOA RIBEIRO COUTINHO.....	20
3.1 CONTEXTO LOCAL DA CRECHE E EXPERIÊNCIA DA GESTORA.....	20
3.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA E EDUCAÇÃO INFANTIL.....	21
3.3 A GESTÃO PEDAGÓGICA NA CRECHE EM QUESTÃO.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS.....	26
APÊNDICE.....	28

1 INTRODUÇÃO

A gestão educacional sofreu algumas mudanças ao longo do tempo, transformando até então o seu conceito meramente administrativo e normativo em um conceito político-pedagógico. Os conhecimentos administrativos eram restritos à eficiência econômica, à produção e a sistemas técnico burocráticos, sem o valor devido às questões políticas, humanas e éticas (SANDER, 2009).

A compreensão sobre gestão educacional e democrática veio quebrar este modelo normativo-administrativo através dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, tratando a educação não só como reprodutivista, mas pensando na mesma como fator de transformação social (SANDER, 2009).

A partir desta relevância democrática da gestão e tendo em vista que sua importância perpassa por todos os níveis escolares, inclusive o da educação infantil, o presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo geral analisar sob a ótica da gestão democrática as práticas da gestão escolar, frente às aprendizagens na educação infantil na Creche Helena Pessoa Ribeiro Coutinho.

A pesquisa possui como um dos objetivos específicos analisar como a gestora da creche compreende a criança como sujeito de direitos, tendo em vista que segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

Os demais objetivos abordados são, observar a maneira como a gestora acompanha o trabalho pedagógico da instituição, discutir com a gestora da creche sobre a relação entre gestão democrática, escola pública e direito à educação no âmbito da creche, identificar a(s) forma(s) de como a mesma avalia os processos de aprendizagem dos(as) alunos(as) da instituição, identificar como e de que maneira as práticas da gestão da creche contribuem com os processos de ensino-aprendizagem das crianças.

O meu interesse acerca deste tema se deu através das aulas e do estágio em Gestão Educacional. Ambos aconteceram no ano de 2019 e foram ministrados pela professora Thamyris M. C. Mandú. A forma como a professora abordava e compartilhava com a turma os aspectos referentes à gestão, como expunha o assunto de uma maneira leve, me chamou a atenção.

Porém, o que mais me tocou foi a forma como ela conduziu o estágio, pois as tarefas não foram apenas de observação sobre as ações da gestão no dia a dia da escola. Minha ida ao campo do estágio pode ser feita em dupla, então eu e minha colega tivemos o privilégio de sermos bem recebidas e incluídas em alguns momentos de participação da gestão.

O estágio ocorreu na Escola Cidadã Integral Técnica Estadual Enéas Carvalho (ECITEC), localizada na cidade de Santa Rita- PB. Durante o nosso período de observação e vivências na instituição participamos de reuniões pedagógicas, tivemos a oportunidade de saber como funciona a dinâmica administrativa e financeira da instituição, quais recursos a escola recebia na época e como estes eram distribuídos dentro da instituição. Conhecemos também a rotina dos alunos, as reformas inacabadas e alguns conflitos existentes entre alunos, professores e gestão.

Ao final do estágio tivemos que identificar uma problemática da escola e elaborar junto à gestão um projeto de intervenção para tal. O problema identificado foi a questão da segurança na escola. O título do projeto foi Segurança na escola: em defesa da juventude, o qual a gestão poderia ficar com uma cópia do projeto contendo as estratégias, os objetivos, o resultado esperado e quais os possíveis recursos que seriam precisos para implantação do projeto.

Minha outra experiência constitutiva do objeto de pesquisa foi no estágio em Educação Infantil, que aconteceu no CIEI Enoque Chaves, localizado na cidade de Santa Rita-PB, no início do ano de 2020. Pude observar a preocupação e a forma que a gestora se preocupava com cada aluno, visto que a mesma era moradora antiga do bairro a qual o Centro de Educação Infantil se localiza, o que por consequência fazia com que ela conhecesse a família de grande maioria dos alunos, sabendo então a vulnerabilidade de cada um. Pude observar sua preocupação para além de questões burocráticas, suas inquietações iam desde as atividades escolares até se a criança tinha tomado café antes de sair de casa.

Esse olhar humano da gestora e todos os momentos de observações e participações tidos com o gestor da ECITEC Eneas Carvalho me fizeram querer unir a Gestão Escolar à

Educação Infantil. Em outras palavras, busquei relacionar essas duas áreas e compreender como a gestão de uma instituição pública de educação infantil articula as questões pedagógicas.

Diante das minhas experiências mencionadas até aqui pude perceber na prática que a criança é o sujeito da Educação Infantil, tornando-se então centro da mesma, como bem se encontra nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, dentro das revisões para a Educação Infantil: “a criança, centro do planejamento curricular, sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere” (BRASIL, 2013 p. 86).

A Educação Infantil, diante de sua importância, complexidade e sujeitos envolvidos, se encontra alicerçada em leis e documentos que enfatizam os direitos da criança, garantias e finalidade. No Art. 29. da Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996: “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996).

A criança deve ser educada de forma humana, digna e respeitosa levando em consideração seu contexto social e histórico garantindo-lhe então a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura, assim como consta no Art.58. da lei 8.069 de 13 de Junho de 1990 (BRASIL,1990), de forma que a criança venha e possa a ter pleno desenvolvimento em todas as áreas da sua vida.

É inegável o reconhecimento da infância enquanto etapa da vida em que o sujeito é titular de direitos. Vejamos o que diz o Art.15. da lei 8.069 de 13 de Junho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente: “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis” (BRASIL,1990).

Tendo por base o Repositório Institucional da UFPB entre os anos de 2020 e 2022, foram encontrados apenas dois Trabalhos de Conclusão de Curso que ligam a Gestão Escolar à Educação Infantil, porém apenas um deles faz uma breve análise sobre a aprendizagem.

O primeiro trabalho tem por data 22 de Junho de 2021, foi escrito por Maria Clara Vicente Campelo e traz como título “A brincadeira na infância e suas contribuições para o desenvolvimento infantil: A compreensão da gestão em espaços não escolar e escolar”.

Campelo (2021) traz em seu trabalho a compreensão da gestão relacionado à brincadeira e como isso influencia a aprendizagem e desenvolvimento da criança, tendo em vista que, a brincadeira é a atividade primordial da infância e é a maneira do adulto entrar nesse seu mundo de imaginação.

Ela também aponta em seu trabalho, que os professores podem através das brincadeiras avaliar as capacidades das crianças, enfatiza o sentido de infância visto como recente e aparecendo na modernidade, enfatiza as funções da gestão e o papel do gestor.

O segundo trabalho de data 02 de Fevereiro de 2022, escrito por Jhully Hellen Medeiros de Menezes, tem por título “Implementação dos indicadores de qualidade pela gestão dos Centros de Referência em Educação Infantil do bairro Varjão/Rangel em João Pessoa/PB”. Menezes (2022) através de uma pesquisa exploratória com entrevistas semiestruturadas realizadas com gestoras de dois CREIs, mostra o desconhecimento das gestoras sobre os indicadores de qualidade da educação infantil, mostra também que apesar desse desconhecimento os CREIs atendem sim alguns desses índices, a mesma durante todo o seu trabalho enfatiza o papel da gestão democrática.

A partir de todo o exposto a presente pesquisa traz como objeto de estudo as relações de ensino-aprendizagem existentes no ambiente educacional da Creche Helena Pessoa Ribeiro Coutinho, enfatizando a relação e o papel da gestão escolar democrática frente ao processo de aprendizagem das crianças, partindo da seguinte questão: quais as contribuições pedagógicas da gestão no processo educativo das crianças na educação infantil?

O primeiro capítulo deste Trabalho de Conclusão de Curso trouxe uma breve abordagem sobre a Gestão Educacional, as justificativas que dão base ao presente trabalho, os objetivos e a questão problema.

O trabalho se encontra organizado em mais dois capítulos. O segundo capítulo, aborda aspectos importantes da Gestão Educacional com ênfase na Gestão Pedagógica, um breve apanhado sobre o surgimento das instituições infantis, as leis que garantem os direitos das crianças e a metodologia a qual a pesquisa foi realizada.

No terceiro capítulo é apresentado a análise da pesquisa, refletindo sobre as respostas da gestora da Creche Helena Pessoa Ribeiro Coutinho, respostas que foram colhidas através de um questionário, com a intenção de compreender como a Gestão Pedagógica da Creche em questão funciona.

Nas considerações finais, retornamos aos conceitos abordados durante todo o trabalho e a minha experiência adquirida durante a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS METODOLÓGICAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE GESTÃO EDUCACIONAL E EDUCAÇÃO INFANTIL

Neste capítulo abordamos os principais conceitos que utilizamos na pesquisa sobre Gestão Pedagógica e Educação Infantil. Inicialmente é apresentado a importância da gestão ao trazer conceitos políticos, pedagógicos, sociais e humanos dentro do espaço educacional que até então era predominado apenas por um conceito administrativo, visto que estes conceitos pedagógicos se desenvolveram aliados a movimentos sociais. Posteriormente é abordado um tópico que enfatiza o surgimento da creche a partir dos movimentos feministas, em como esse movimento foi importante para que a creche fosse tida como um direito infantil, o tópico também traz direitos adquiridos para as crianças desde então. Por último, o capítulo apresenta os apontamentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento e análise da pesquisa deste trabalho.

2.1 GESTÃO PEDAGÓGICA COMO UMA EXPRESSÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL

Luck (1997), chama atenção para o fato de que a gestão ganhou um espaço no meio educacional que até o final dos anos 1970 era ocupado exclusivamente pela administração. Isto porque, se passou a reconhecer que as atividades dos diretores escolares, dos coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais precisavam captar a dimensão pedagógica e democrática do ato educativo. O reconhecimento da importância de participação das pessoas em tomadas de decisões, orientações e planejamentos escolar, passou a ser objeto de reivindicação dos setores populares que militaram pela redemocratização brasileira na década de 1980.

Partindo deste pressuposto de mudanças, a gestão educacional, não é uma substituição da administração, mas sim uma mudança que envolve várias definições políticas, sociais, cidadãs, etc., que acarreta ao pensamento de que as instituições de ensino não podem ser coordenadas por uma visão administrativa empresarial, mas sim por uma visão que enfoque uma forma mais humana, política e pedagógica de agir (LUCK, 1997).

Este olhar pedagógico e por consequência democrático, surge a partir dos movimentos sociais dos anos de 1970 e 1980, fazendo da educação e da gestão um local de lutas, constituído por histórias de disputas sobre educação pelas massas. A gestão também é um ato

de decisão, planejamento e de execução de ações educacionais, de maneira que a mesma seja lugar de participação, diálogos, convergências e divergências, buscando assim garantias para uma educação de qualidade (PIRES, GONÇALVES, 2019).

Existem documentos que respaldam e apoiam a implantação da gestão democrática nas instituições de ensino públicas, como a Constituição Federal de 1988, onde segundo Pires e Gonçalves (2019) neste ano de 1988 destacava-se um período de redemocratização do país e a volta de um estado de direito para os brasileiros, fazendo com que a população questione e participe da vida política do país, destacando-se então, na Constituição, uma série de princípios nos quais se insere a Gestão Democrática do Ensino Público na forma da lei, nas instituições de ensino público do país.

Partindo deste histórico de lutas e de construção da democracia dentro dos aspectos da gestão, chega-se assim, à gestão pedagógica, que é o ponto central do presente trabalho. A gestão pedagógica, vai abordar a aspectos que promovem o binômio cuidar/educar na educação infantil, o currículo utilizado, as práticas que são utilizadas para tal aprendizagem, como a pedagogia orienta as práticas educativas na escola, entre outros pontos.

A gestão pedagógica, tem como base principal promover a aprendizagem e formação dos alunos, desenvolvendo compreensões, atitudes e hábitos de maneira sistematizada e organizada, ou seja “[...] a gestão pedagógica [...] Trata-se da organização, coordenação, liderança e avaliação de todos os processos e ações diretamente voltados para a promoção da aprendizagem dos alunos e sua formação” (LUCK, 2009, p. 96), pois a mesma,

[...] constitui-se no conjunto organizado das atividades de ensinar e aprender que se processam na escola. [...] constitui o conjunto de todas as experiências do aluno (atos, fatos, compreensões e crenças) que ocorrem sob a influência da escola, ou a totalidade das experiências do aluno, pela quais a escola é responsável, sendo seu núcleo o educando e não o conteúdo (LUCK, 2009, p. 98).

A gestão pedagógica, segundo Luck (2009), está envolvida com a promoção da aprendizagem e a formação dos alunos, que é o foco da escola. Compreende-se que ao formar suas aprendizagens os alunos desenvolvem as competências sociais e pessoais necessárias para que sua inserção na sociedade e no mundo do trabalho, aconteça em uma relação benéfica e recíproca.

Diante de todas as suas transformações e sua importância democrática é

imprescindível que a gestão consiga de fato proporcionar

[...] promoção de ações de formação continuada, em situações de trabalho, com foco no desenvolvimento de competências pedagógicas e o aprimoramento das condições favoráveis à criação de um ambiente escolar favorável à melhoria das experiências de formação e aprendizagem dos alunos; - criação de sistemas e formas de monitoramento e avaliação das ações pedagógicas da escola e do processo ensino-aprendizagem, incluindo auto e heteroavaliação de desempenho; - atualização contínua dos métodos e processos de orientação da aprendizagem dos alunos, mediante adoção de tecnologias da informação e sua utilização regular nas aulas [...] (LUCK, 2009, p.102).

Portanto, a gestão pedagógica constitui a parte primordial de qualquer instituição de ensino público considerando o aluno como centro da aprendizagem, dando importância às suas individualidades, suas dificuldades e de seus professores, de forma que os auxilie, utilizando sua liderança e orientação de forma efetiva na construção de conhecimentos.

2.2 EDUCAÇÃO INFANTIL COMO LUGAR DE GESTÃO PEDAGÓGICA

A educação infantil tem um pressuposto político-pedagógico, que é a criança como sujeito de direitos. O brincar e o educar são dimensões indissociáveis da educação infantil. Antes de ser um direito da criança, as creches se mantinham como um direito trabalhista que surgiram a partir das reivindicações e movimentos sociais feministas entre os séculos XIX e XX. Elas apresentavam um certo caráter assistencialista, visto que, as mulheres/mães operárias trabalhavam em condições precárias de exploração da sua mão de obra. As trabalhadoras exerciam dupla jornada, dentro e fora de casa (FINCO, et. al. 2015). O direito à creche foi implementado na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho de Maio de 1943:

§ 1º - Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesseis) anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967) (BRASIL, 1943)

O "guardar", expresso na lei, enfatiza um assistencialismo sem nenhuma inclusão pedagógica de qualquer aprendizagem, visto que as creches serviam para crianças pobres, resultando em uma diferença de concepções, onde o cuidar estava ligado a uma atividade destinada ao corpo e designada a crianças menos favorecidas socialmente e o educar ligado a

elevação intelectual destinada a crianças de grupos sociais privilegiados (BRASIL, 2013).

A creche foi entendida e incluída na educação infantil através de leis que quebraram o paradigma de que as creches eram um favor ou caridade, passando a tratá-la como um dever do Estado. Conforme a Constituição Federal de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.[...] Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:[...] IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006](#)) (BRASIL, 1988).

A partir do momento que a creche deixa de ser apenas um “depósito” de crianças e passa a ser direito e se integra como parte da Educação Infantil, surge a preocupação de ligar o cuidado e o brincar, transformando-os em aprendizagens, auxiliando o seu desenvolvimento integral através de práticas pedagógicas. Nesse sentido:

Art. 9º As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que:[...] VI - possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar (BRASIL, 2013, p.99)

Para que as aprendizagens aconteçam é importante que as instituições infantis durante o planejamento do seu currículo levem em consideração que os bebês e as crianças devem ser tratados como protagonistas de seus processos de aprendizagens, de forma que seus interesses individuais e coletivos sejam considerados como um dos fatores principais para tais processos (BRASIL, 2013).

Visto que, para haver uma aprendizagem efetiva as instituições educacionais Infantis contenham estruturas físicas adequadas que ofereçam uma boa organização do espaço, do tempo, dos materiais, de modo que proporcionem às crianças uma livre manifestação da sua imaginação através de gestos, do corpo, da oralidade ou da língua de sinais, do faz de conta, de desenhos e de suas primeiras escritas (BRASIL, 2013).

Ainda seguindo a revisão das diretrizes curriculares da educação infantil os ambientes da creche devem ser e se organizar de forma que a criança possa fazer movimentos amplos

em ambientes internos e externos da creche, de forma que elas tenham dispostos e disponíveis brinquedos adequados para diferentes idades, possibilitando que as crianças possam desenvolver e construir saberes, cuidar de si e conhecer-se (BRASIL, 2013).

Tendo em vista, a gestão pedagógica e democrática e os aparatos legais que garantem o educar, o brincar e a educação de qualidade para o Ensino Infantil, é inegável a importância que os movimentos sociais tiveram para a obtenção de tais direitos, a partir deles hoje podemos compreender a criança como um sujeito que possui vontades, imaginação, individualidades e que necessita de cuidados e ambientes adequados para que possam se desenvolver integralmente.

2.3 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Para a formulação deste trabalho foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, que considera as perspectivas dos sujeitos envolvidos, levando em consideração as suas ideias mais significativas, através de assuntos amplos que no decorrer da pesquisa vão ficando mais claros (GODOY, 1995).

Dentro da abordagem qualitativa houve um estudo de caso a qual é caracterizado por ser uma análise detalhada de um ambiente, sujeito ou situação específica, que possui como foco principal analisar uma dada unidade social, que no caso da presente pesquisa foi a gestora educacional da Creche Helena Pessoa Ribeiro Coutinho. O estudo de caso acontece dentro de alguma situação da vida real, tendo o intuito de responder a questões que possuam o “como” e o “por quê” como enfoque principal do questionamento (GODOY, 1995).

Ao desenvolver a pesquisa o pesquisador deve manter-se atento às diversas multiplicidades de dimensões apresentadas em uma determinada situação, visto que a realidade é sempre complexa. O registro das observações pode e em grande maioria das vezes é feito por meio de anotações escritas, a entrevista pode ser gravada, se houver permissão do entrevistado, ou pode-se tomar alguns registros escritos (GODOY, 1995).

A princípio nossa intenção para a coleta de dados seria uma entrevista semiestruturada também podendo ser chamada de semidiretiva ou semi-aberta, que na visão de Manzini (2004) que explorou esse assunto através de autores como Triviños (1987) este tipo de entrevista consta em ser uma entrevista de questões básicas, baseadas em teorias e hipóteses que vão de encontro ao tema da pesquisa, gerando novas hipóteses a partir das respostas dos entrevistados. Este tipo de entrevista favorece a explicação dos fenômenos sociais, mantendo a presença ativa do pesquisador durante a coleta de dados.

Manzini (2004) ao citar Manzini (1990, 1991, 2003) se refere a entrevista semi-estruturada como baseada em um tema ao qual é confeccionado um roteiro com perguntas principais sobre tal, que serve para coletar informações básicas para o pesquisador e organizar o processo de interação com o informante, como forma de atingir o objetivo da pesquisa.

Partindo desta linha metodológica, portanto compreende-se a entrevista semi-estruturada não como um modelo pronto com perguntas de “sim” ou “não”, mas uma entrevista onde o entrevistado tenha a liberdade de expressar o seu ponto de vista de maneira ampla. Porém no momento da ida a campo para a coleta de dados, a gestora da Creche se propõe apenas em responder as questões de forma escrita, suas respostas para as questões propostas no roteiro da entrevista foram totalmente resumidas e sem riqueza de detalhes, transformando o que a princípio seria uma entrevista em um questionário, tornando assim desafiadora a análise e a reflexão acerca das suas respostas.

Assim o próximo capítulo deste trabalho, apresenta a análise dos dados coletados através do questionário.

3 A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DA GESTÃO DA CRECHE HELENA PESSOA RIBEIRO COUTINHO

Neste último capítulo do trabalho é apresentada a análise do questionário respondido pela gestora da Creche Helena Pessoa Ribeiro Coutinho, onde refletimos sobre suas experiências e suas ações em torno da aprendizagem das crianças na instituição em questão. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa aliada a um estudo de caso, a coleta dos dados aconteceu por meio de um questionário, respondido de forma escrita dentro de um roteiro composto por 12 questões. O capítulo é dividido em apresentar a experiência da gestora e o contexto local da creche, a Gestão Democrática e a Educação Infantil e por último a Gestão Pedagógica na creche em questão.

3.1 CONTEXTO LOCAL DA CRECHE E EXPERIÊNCIA DA GESTORA

Cruz do Espírito Santo - PB, se encontra localizada a 28 km de João Pessoa, apesar de ser considerada região metropolitana da capital, é uma cidade razoavelmente pequena, composta por 17.599 habitantes (IBGE, 2021), sendo a grande maioria residente das zonas rurais. A cidade não oferece muitas oportunidades de fonte de renda aos seus cidadãos. Os que conseguem empregos no próprio município são autônomos ou possuem cargos comissionados, associados à Prefeitura. Os que não conseguem trabalho dentro da cidade se locomovem para as cidades vizinhas para trabalhar. Este seria um motivo principal para que o perfil social predominante das pessoas da cidade seja de classe social baixa.

A gestora da instituição pesquisada afirma ter formação acadêmica e experiência na gestão escolar. A entrevistada diz que possui graduação em Pedagogia, especialização na área de gestão e supervisão escolar e que trabalha na área à qual é especializada há 30 anos.

Ao ser indagada sobre o porquê do público atendido pela Creche ser de baixa renda, a gestora fala que “*um dos motivos é a falta de emprego*”. Contudo, não relata quais seriam os outros possíveis motivos nem detalha o porquê de tal falta de trabalho, demonstrando uma dificuldade em analisar de maneira mais específica o perfil das crianças da creche e o contexto da sua própria cidade.

A cidade possui uma única creche chamada Helena Pessoa Ribeiro Coutinho, que encontra-se localizada na área urbana do Município. A mesma atende um total de 122 crianças. Ao ser perguntada sobre quais são as contribuições que a Creche oferece ao Município, a gestora diz que “*contribui de forma ampla dentro dos direitos de aprendizagem da criança e oportunidade de trabalho para as mães*”. Ao citar a creche como um direito de

aprendizagem, a mesma vai de encontro com a nossa Constituição onde é garantida a oferta de educação infantil “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade (BRASIL, 1988)”, ao mesmo tempo que ela fala da problemática sobre a falta de oferta de empregos, fala também que a instituição é uma forma de as mães trabalharem.

Diante da pergunta sobre quais responsáveis pelas crianças são os mais presentes na creche, ela afirma que são as mães e justifica: “*porque na maioria das famílias a mãe é a responsável, assim fazendo mais presente*”. Partindo desta resposta, pode-se notar que, ainda existem resquícios e consequências históricas ao redor desta responsabilidade feminina sobre seus filhos, pois apesar da creche ser uma instituição educativa oriunda das lutas feministas, o dever de cuidar e zelar da família e cuidar da educação dos filhos ainda hoje se recai sobre a figura da mulher (FINCO et. al., 2015). Dentro deste ponto, surge a reflexão de se fazer a responsabilidade sobre as crianças, de forma compartilhada, em que as mulheres busquem libertação de uma maternidade e fertilidade opressiva imposta pela sociedade, onde a responsabilidade não seja apenas da mulher (FINCO et al., 2015).

3.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA E EDUCAÇÃO INFANTIL

A gestora ao ser questionada sobre sua compreensão acerca da criança como sujeito de direitos, ela diz que é importante “*criar pessoas capazes de aprender coisas novas e diferentes conhecimentos, o desenvolvimento integral da criança*”. A resposta da gestora nos provoca a refletir sobre a Educação Infantil como parte de um momento importante de se adquirir e aprender coisas novas, pois é o momento em que se é adquirido conquistas marcantes para toda vida, como aprender a falar, a desenvolver sua imaginação, a capacidade de contar, descrever, fazer de conta utilizando diferentes linguagens. Estas aquisições são desenvolvidas e aprendidas não biologicamente, mas sim historicamente e socialmente mediadas por pessoas mais experientes em diferentes contextos (BRASIL, 2013).

Sabemos que, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (Lei nº 9.394/96, art. 1º). Ao nosso ver, a gestora tem ciência de que a criança possui o direito de se desenvolver integralmente como bem consta no Art.29. da Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996: “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico,

psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996).

À medida que se entende estes aspectos fundamentais da criança, se faz também necessário entender qual a visão que a gestora possui sobre a gestão democrática, escola pública e Educação Infantil. Ao ser indagada acerca destes pontos ela responde: *“é uma dimensão, participativa, pautada no compromisso e responsabilidade de todos que fazem parte dessa entidade”*. A gestão democrática está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação da seguinte forma: "o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino" (Lei nº 9.394/96, art. 1º) e que

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

Quando a gestora diz que a gestão é uma responsabilidade de todos da instituição, então entende-se que ela reforça a ideia de que o Projeto Político Pedagógico deve ser construído coletivamente, reconhecendo a gestão como um elemento fundamental dentro das instituições de ensino, pois é por meio dela que a comunidade tem acesso a elaboração de propostas curriculares da instituição (BRASIL, 2013). Porém apesar de citar tal responsabilidade a gestora não detalha, como e quais são as ações desenvolvidas com os profissionais da creche e ou com a comunidade.

3.3 A GESTÃO PEDAGÓGICA NA CRECHE EM QUESTÃO

A propósito de analisar as ações pedagógicas da gestora na creche, foi perguntado as maneiras a qual ela acompanha os processos de planejamentos e avaliações da instituição. Como resposta a gestora não pontua de qual(is) forma(s) acompanha esses processos, ela diz: *“a nossa ação educativa é voltada para uma aprendizagem de qualidade, pautada na evolução da auto-estima e todos envolvidos”*. A educação de qualidade é garantida na Constituição Federal: “Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VII - garantia de padrão de qualidade” (Brasil, 1988). Portanto, não é uma ação específica de tal gestora, mas sim um princípio previsto em lei.

Todavia, ela não explicita o que compreende por qualidade. Nesse sentido, educação de qualidade pode acontecer e se desenvolver em um ambiente onde os espaços físicos oferecidos sejam limpos, seguros e acolhedores de forma que possa haver dentro de tais ambientes interações significativas entre as crianças e seus professores. A qualidade a qual é garantida para a Educação Infantil também pode acontecer através dos planejamentos curriculares, de forma que seja organizada uma educação que promova continuidade e inovações em suas atividades, de forma que ofereça desafios e articulações de seus ritmos individuais e suas experiências tanto pessoais, quanto coletivas (BRASIL, 2013)

A formação continuada de professores e demais funcionários de instituições de ensino também proporciona uma educação de qualidade, visto que são aprimorados práticas de desenvolvimento profissional no âmbito de seus trabalhos de forma que tais profissionais sejam capazes de mediar as aprendizagens e o desenvolvimentos das crianças levando em consideração o coletivo infantil e suas particularidades (BRASIL, 2013).

Em relação ao desenvolvimento da auto-estima das crianças é algo realizável dentro de uma instituição onde sejam organizadas situações habituais agradáveis e que estimulem o que cada uma já sabe, sem ameaça que tal auto-estima seja perdida ou não desenvolvida (BRASIL, 2013), a gestora também não informa de quais são os processos realizados pela creche para a evolução de autoestima das crianças.

Para que a auto-estima das crianças seja desenvolvida dentro da Educação Infantil é necessário que aconteçam atividades que sejam capazes de expor os interesses, desejos e curiosidades das crianças que são elementos manifestados e adquiridos através da autonomia, por meio de atividades cotidianas como a escolha de brincadeiras e brinquedos, cuidados pessoais como escovar os dentes, tomar banho, etc, de forma que a criança desenvolva também o conhecimento sobre si própria (BRASIL, 2013).

O acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem é a principal função da gestão pedagógica e segundo Luck (2009) entre as competências desta gestão estão, a análise aprofundada das dificuldades das práticas pedagógicas no dia a dia de forma que a gestão auxilie na superação das possíveis dificuldades do cotidiano da instituição através de estratégias de liderança, supervisão e orientação pedagógica.

A gestora diz que pratica este acompanhamento *“na sala de aula, para acompanhar a dinâmica pedagógica e a interação professor-aluno, procurando ajudá-los nas dificuldades, caso necessitem”*. Sua fala vai de encontro às contribuições de Luck (2009), não apenas na preocupação em resolver os problemas e dificuldades dos alunos e professores, mas também em saber como está funcionando a dinâmica entre eles, visto que, a gestão deve orientar e

acompanhar tais processos de aprendizagem dentro da sala de aula por intermédio de sua observação, diálogo e oferecendo feedbacks correspondentes às diferentes situações (LUCK, 2009).

Como já foi mencionado anteriormente no trabalho, a criança possui uma grande capacidade de imaginação e portanto de brincar dentro de diferentes contextos gerando através das brincadeiras aprendizagens significativas. Ao ser perguntada sobre sua visão a respeito da relação das brincadeiras e o planejamento na Educação Infantil, a gestora responde apenas que é “*algo muito importante no desenvolvimento da criança dentro dos direitos de aprendizagem, aprender brincando*”. O brincar proporciona à criança a chance de imitar o conhecido e a medida que ela constrói, reconstrói e fantasia o novo, criando cenários de forma que sua fantasia se aproxime e ou se distancie da realidade vivida. (BRASIL, 2013).

Os professores na medida em que brincam, contam histórias, conversam sobre diversos assuntos e temas com a criança, proporcionam que elas desenvolvam sua capacidade de conhecer o mundo, a si mesmas, seus interesses pessoais e sua autoconfiança, proporcionando também ao professor poder responder e compreender as iniciativas infantis (BRASIL, 2013).

Apesar da gestora não mencionar de maneira detalhada qual é ou quais são as formas que as brincadeiras estão inseridas dentro do planejamento escolar, ela afirma que é um direito que as crianças possuem. Portanto, aliar a brincadeira aos planejamentos pedagógicos da instituição se faz importante, visto que, a criança vai manifestar seus interesses, conhecimentos e vontades através do brincar e não só os professores devem estar atentos a esta forma de demonstrar conhecimentos, mas sim também a gestora da instituição, que possui um papel orientador e de liderança, de fundamental importância dentro da creche.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao delimitarmos como objeto de pesquisa a função pedagógica da gestão escolar na Creche Helena Pessoa Ribeiro Coutinho, nos deparamos com a necessidade de nos debruçar sobre elementos como a gestão pedagógica, a educação infantil e a criança como sujeito de direitos. O percurso de estudos implicou a análise de conceitos e aparatos legais existentes em torno da infância como uma etapa da vida permeada pelo direito à educação e em como a gestão pedagógica focaliza suas ações no processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil.

Com o intuito de compreender como tais práticas/ações acontecem na Creche pesquisada, propusemos a entrevista semiestruturada para interação com a gestora da Creche. Todavia, a mesma se disponibilizou apenas para responder às questões por escrito, o que de certo modo comprometeu a qualidade das respostas uma vez que a entrevista sempre possibilita a condução da conversa a partir das respostas dadas.

Como a gestora se limitou a responder por escrito, as respostas foram curtas e de certa maneira superficial, o que tornou mais desafiante a análise e compreensão de uma visão sobre a criança, seu acompanhamento pedagógico, sua visão sobre a gestão democrática da escola pública. Analisamos as contribuições da gestão às aprendizagens dos alunos e também o acompanhamento da dinâmica da sala de aula com o intuito de verificar a relação professor- aluno.

Ao analisar a respostas da gestora da creche para entrevista, foi possível encontrar aspectos que remetem ao reconhecimento acerca das crianças como titulares de direitos, ela também aponta que dentro da Creche acontecem atitudes participativas, acompanhamentos dos planejamentos pedagógicos, orientação aos professores sempre que necessário e o dever da criança aprender brincando. Apesar de citar elementos importantes, a gestora discorre sobre tais temas de forma rápida e resumida, sem especificar detalhes de seu trabalho e de sua equipe escolar.

Em suma, este trabalho me permitiu articular o campo da gestão educacional ao da educação infantil, perceber suas relações político-pedagógicas e compreender como a criança se constitui como sujeito de direitos. Além disso, o trabalho contribuiu para um melhor entendimento de como a educação infantil ocorre no meu município, uma vez que esta é a única instituição pública que oferta essa etapa da educação básica em Cruz do Espírito Santo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1943). Lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=do+artigo+389+da+CLT>. Acesso em: 23 out. 2022

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 out. 2022.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 23 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 23 out. 2022

BRASIL. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Distrito Federal, 2013. p. 80-101. Disponível em: http://epsinfo.com.br/DCNEI_Rev.pdf. Acesso em: 01 dez 2022

CAMPELO, Maria Clara Vicente. **A brincadeira na infância e suas contribuições para o desenvolvimento infantil**: a compreensão da gestão em espaços não escolar e escolar. 2021. 41 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20435>.pdf. Acesso em: 17 out. 2022.

FINCO, Daniela; GOBBI, Maria Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (org.). **Creche e feminismo**: desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas- SP: Leitura Crítica, 2015. Disponível em: https://www.fcc.org.br/livros/CRECHE_E_FEMINISMO_Download_pedro_menor.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Banco de Dados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 de out de 2022.

LUCK, Heloísa. **A evolução da gestão educacional, a partir de mudança paradigmática**. gestão em rede, 03 nov, 1997. Disponível em: http://cedhap.com.br/wp-content/uploads/2013/09/ge_GestaoEscolar_02.pdf?

iframe=yes&iframe=true . Acesso 01 dez 2022

LUCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2190198/mod_resource/content/1/dimensoes_livro.pdf. Acesso em: 01 dez 2022

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: Análise de objetivos e de roteiros. **Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos**, Bauru, 2, 2004.

Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf. Acesso em: 24 nov 2022

MENEZES, Jhully Hellen Medeiros de. **Implementação dos Indicadores de Qualidade pela Gestão dos Centros de Referência em Educação Infantil do bairro Varjão/Rangel em João Pessoa – PB**. 2022. 57 f. TCC

(Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22184>.pdf. Acesso em: 17 out. 2022.

SANDER, Benno. Gestão educacional: concepções em disputa. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 69-80, jan./jun. 2009. Disponível em:

<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/102>. Acesso: 28 nov 2022.

APÊNDICE

ROTEIRO DA ENTREVISTA/ QUESTIONÁRIO

CONTEXTO LOCAL E EXPERIÊNCIA

- Qual a sua formação e há quanto tempo atua na gestão escolar?
R= Superior, Pedagogia, especialização em gestão e supervisão escolar há 30 anos na gestão escolar.
- Qual a quantidade de alunos da creche? R= 122
- Qual o perfil social familiar dos alunos da creche? R= Baixa renda
- Na sua visão qual(is) o(s) motivo(s) para que o perfil social familiar dos alunos seja de baixa renda?
R= Um dos motivos é a falta de emprego.
- Sujeitos responsáveis mais presentes na creche? . R= Mãe
- Por que você acha que as mães são as mais presentes no ambiente da creche?
R= Porque a maioria das famílias Creche a mãe é a responsável, assim fazendo mais presente .
- Como você vê a contribuição dessa creche com a cidade de Cruz do Espírito Santo?
R= Contribui de forma ampla dentro dos direitos de aprendizagem da criança e oportunidade de trabalho para as mães.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E EDUCAÇÃO INFANTIL

- Como você compreende a criança como sujeito de direitos ?
R= Criar pessoas capazes de aprender coisas novas e diferentes conhecimentos, o desenvolvimento integral da criança.
- Como você enxerga a relação entre gestão democrática, escola pública e a Educação Infantil como direito ?
R= É uma dimensão, participativa, pautada no compromisso e responsabilidade de todos que fazem parte dessa entidade.

A GESTÃO PEDAGÓGICA NA CRECHE

- Como você acompanha o planejamento e a avaliação das atividades da instituição ?
R= A nossa ação educativa é voltada para uma aprendizagem de qualidade, pautada na evolução da auto-estima e todos envolvidos.
- Como você acompanha o processo de ensino-aprendizagem das crianças na creche ?
R= Na sala de aula, para acompanhar a dinâmica pedagógica e a interação professor-aluno, procurando ajudá-los nas dificuldades, caso necessitem.
- Como você enxerga a relação entre as brincadeiras e o planejamento na Educação Infantil ?
R= Algo muito importante no desenvolvimento da criança dentro dos direitos de aprendizagem, aprender brincando.